



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR
EDITAL Nº 1 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 1/2013 – IPHAN, DE 21/10/2013

**Data e horário
da prova:**

Domingo

12/01/2014

14 horas

Cargo 101 – Logística, convênios e contratos

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** da prova objetiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta;
 - um **cartão de respostas** ótico personalizado.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e a codificação do **cartão de respostas** ótico estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Para viajar basta existir.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** devidamente assinado.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim: ●

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 26 a 50

(*) O termo **IPHAN**, usado nas questões a seguir, refere-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Questões de 26 a 30

QUESTÃO 26

A respeito do instituto do tombamento, previsto no Decreto-Lei nº 25/1937, assinale a alternativa correta.

- (A) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro do Tombo Histórico e o Livro do Tombo das Belas Artes.
- (B) O tombamento dos bens públicos e privados poderá ser feito de ofício ou de forma voluntária.
- (C) As obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, são inalienáveis.
- (D) Caso o proprietário da coisa tombada comprove não dispor de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que ela requerer e se não forem realizadas obras às expensas da União ou não for providenciada a desapropriação da coisa, ele poderá requerer que seja cancelado o tombamento.
- (E) A coisa tombada não poderá sair do País em qualquer hipótese.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº 3.924/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico poderá ser transferido para o exterior, em qualquer hipótese.
- (B) O proprietário ou ocupante do imóvel onde for verificado o achado é o responsável pela conservação definitiva da coisa descoberta.
- (C) A União, bem como os estados e os municípios, mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia e da pré-história, em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvem construções domiciliares.

- (D) As atribuições no âmbito da União, por meio dos ministérios competentes, não podem, em nenhuma hipótese, ser delegadas a unidade da Federação.
- (E) O aproveitamento econômico das jazidas, objeto da referida lei, é vedado em qualquer hipótese.

QUESTÃO 28

No que diz respeito ao processo para registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, conforme disposições do Decreto nº 3.551/2000, que o instituiu e dispôs sobre outras providências, assinale, respectivamente, o órgão/autoridade a quem devem ser dirigidas as propostas para registro, acompanhadas da própria documentação técnica (1), bem como o órgão/autoridade que decidirá sobre o registro (2).

- (A) Ao ministro da Cultura (1); o presidente da República (2).
- (B) Ao presidente do IPHAN (1); o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (2).
- (C) Ao secretário estadual de Cultura (1); o ministro da Cultura (2).
- (D) Aos órgãos do Ministério da Cultura, às unidades do IPHAN ou à entidade, pública ou privada, que detenham conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento (1); o ministro da Cultura (2).
- (E) Ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (1); o presidente do IPHAN (2).

QUESTÃO 29

Com relação aos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural dispostos na Lei nº 9.605/1998, assinale a alternativa correta.

- (A) As condutas delituosas descritas na referida lei não têm previsão de punição a título culposo.
- (B) Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano é considerado dano ao patrimônio cultural, sendo irrelevantes para a caracterização da infração penal qualquer argumento de valorização do patrimônio público ou autorização do proprietário ou do Poder Público para a prática de grafite.
- (C) Todas as condutas descritas na referida lei preveem, além das demais sanções, o pagamento de multa pelo infrator.
- (D) Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano pode ser punido a título culposo.
- (E) Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, é considerado infração penal, não se cogitando qualquer autorização a permitir tal tipo de conduta.

QUESTÃO 30

Acerca das disposições referentes à proteção e à salvaguarda de bens culturais constantes da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É competência comum da União, dos estados e do Distrito Federal proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- (B) É facultado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento da própria receita tributária líquida para o financiamento de programas e projetos culturais.
- (C) É competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (D) Com duração plurianual, será estabelecido em lei o Plano Nacional de Cultura, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do Poder Público.
- (E) Por meio de decreto do Executivo, deverão ser estabelecidos incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Questões de 31 a 50

QUESTÃO 31

Em relação às diretrizes gerais de licitação encontradas na Lei nº 8.666/1993, bem como aos demais diplomas legais que regem os procedimentos licitatórios, assinale a alternativa correta.

- (A) O Regime Diferenciado de Contratações Públicas, criado pela Lei nº 12.462/2011, visa estabelecer procedimentos diferenciados de contratação, dissociados daqueles da Lei nº 8.666/1993, apenas pelo período necessário à construção da infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA de 2014.
- (B) Para a verificação da qualificação técnica nas licitações pertinentes a obras e serviços, é imprescindível a apresentação dos respectivos atestados de capacidade técnica, fornecidos apenas por pessoas de direito público.
- (C) Quando a Administração objetivar a contratação de serviço técnico de natureza singular para a elaboração de projetos básicos aptos a alicerçar procedimentos licitatórios, deverá fazê-la diretamente, sendo inexigível a realização de uma licitação.
- (D) Na concorrência, restará decaído o direito de o licitante, participante da licitação, impugnar o edital, caso não o faça até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- (E) O convite consiste em uma modalidade de licitação prevista na Lei nº 8.666/1993, que dispensa a justificativa de contratação e é feita a interessados previamente cadastrados no órgão licitante.

QUESTÃO 32

A respeito dos princípios que norteiam o direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito administrativo, o agente público que age de maneira dissociada daquilo que a lei prevê não viola o princípio da legalidade.
- (B) Não fere o princípio da impessoalidade o edital para provimento de cargo público, que imponha limitação etária aos candidatos, desde que o faça em razão das atribuições do cargo.
- (C) Em regra, os contratos administrativos serão firmados sob sigilo, sendo essa uma prática comum de mercado e que não fere o princípio da publicidade.
- (D) O princípio da eficiência administrativa não é tratado de forma explícita na Constituição Federal de 1988.
- (E) O princípio da supremacia do interesse público não comporta exceções. Assim, quando a Administração Pública atua como agente econômico por intermédio de uma instituição financeira, deve prevalecer o interesse público sobre o privado.

QUESTÃO 33

No que se refere à organização administrativa no âmbito federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Por possuírem capacidade jurídica própria, as pessoas jurídicas, integrantes da Administração indireta, poderão adquirir direitos e contrair obrigações na ordem jurídica.
- (B) Apenas a União, os estados e os municípios são considerados pessoas federativas ou entidades políticas.
- (C) Conforme disciplinado em lei, compõem a Administração indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e o Distrito Federal.
- (D) As autarquias federais especiais possuem personalidade jurídica de direito privado.
- (E) As empresas públicas, diferentemente das sociedades de economia mista, são formalmente pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 34

No que concerne aos contratos em geral, é correto afirmar que

- (A) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.
- (B) as partes podem estipular contratos atípicos, desde que observadas as normas gerais.
- (C) o princípio da boa-fé é afeta aos contratos em geral. No entanto, o princípio da probidade apenas alcançará os contratos administrativos.
- (D) o contrato é considerado celebrado no lugar em que foi assinado.
- (E) a aceitação fora do prazo, com pontuais modificações, não importará nova proposta.

QUESTÃO 35 _____

A modalidade de licitação descrita como pregão, trazida pela Lei nº 10.520/2002, possibilitou inovações no tocante à celeridade do procedimento. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O pregão é a modalidade de licitação com previsão expressa na Lei nº 8.666/1993.
- (B) No pregão, diferentemente dos outros procedimentos licitatórios, as fases do certame são invertidas. Os documentos referentes à habilitação são inicialmente abertos, analisados e julgados e, posteriormente, é iniciada a fase de lances.
- (C) Por se tratar de um procedimento mais célere, é dado o direito ao administrador de limitar o número de participantes do pregão, de modo a garantir mais precisão e objetividade na fase de lances e, assim, obter a proposta mais vantajosa.
- (D) No pregão, apresentada a proposta de preços, ela terá, em regra, validade de 120 dias.
- (E) Pelo fato de o pregão ser utilizado para a contratação de bens e serviços comuns, o critério usado para a escolha do vencedor será sempre o do menor preço.

QUESTÃO 36 _____

Quanto ao exercício do controle interno e externo da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo poderá ser exercido por um órgão independente, o qual possui autorização constitucional para praticar esse ato.
- (B) O controle exercido pelo Congresso Nacional quanto aos atos normativos praticados pelo Poder Executivo, que exorbitem o poder regulamentar, consubstancia-se em interno.
- (C) O Poder Judiciário poderá, de ofício, anular um ato praticado pelo Poder Executivo, desde que eivado com manifesto vício de legalidade.
- (D) A Constituição traz, de maneira expressa, a necessidade de os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterem o sistema de controle externo.
- (E) Os servidores responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, procederão à respectiva apuração e é prescindível a comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 37 _____

A respeito de fatos jurídicos, negócios jurídicos, atos jurídicos lícitos e atos ilícitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé, os costumes, os princípios gerais de direito, a equidade e os usos do lugar de sua celebração.
- (B) No caso em que se comprove o fornecimento de suplemento suficiente à ciência do negócio praticado, ainda que se configure a lesão (art. 157 do Código Civil), não se decretará a anulação do negócio.

- (C) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se amplamente.
- (D) A coação será sempre um negócio jurídico nulo, independentemente de ser física ou moral; por essa razão, consiste em vício de consentimento.
- (E) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

QUESTÃO 38 _____

Acerca dos atos jurídicos unilaterais, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos concursos que forem abertos com promessa pública de recompensa, para possuírem validade, é condição essencial a fixação de um prazo e de um lugar para entrega do preço.
- (B) Caberá a restituição por enriquecimento sem causa, ainda quando a lei conferir ao lesado outros meios para ressarcir o prejuízo sofrido.
- (C) A promessa de recompensa e o enriquecimento sem causa não são considerados atos unilaterais.
- (D) Quando a gestão for iniciada contra a vontade manifesta ou presumível do interessado, o gestor responderá até pelos casos fortuitos se não conseguir provar que teriam sobrevivendo, ainda quando se houvesse abatido.
- (E) O anúncio público não vincula aquele que o publicou a pagar a recompensa prometida se alguém preencher as condições exigidas ou desempenhou certo serviço.

QUESTÃO 39 _____

No que concerne às normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto nº 6.170/2007), assinale a alternativa correta.

- (A) É expressamente vedada a celebração de convênios e de contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político ocupante de cargo eletivo.
- (B) Pelo termo de cooperação, restará ajustada a transferência de crédito de um órgão da Administração direta para outro da Administração indireta.
- (C) A celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, nos moldes do Decreto nº 6.170/2007, precede ao chamamento público, sendo garantido ao órgão ou à entidade concedente a seleção do projeto que lhe convier.
- (D) Os recursos de convênio, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança e as receitas provenientes de eventual ganho financeiro poderão ser usadas do modo como o beneficiário entender necessário.
- (E) As pessoas privadas com fins lucrativos poderão firmar convênios com órgãos e entidades da Administração pública federal.

QUESTÃO 40 _____

A responsabilidade civil deriva do descumprimento de uma norma preexistente, contratual ou legal, impondo ao infrator a obrigação de indenizar. Pressupõe uma relação jurídica entre, no mínimo, duas pessoas: a que sofreu um prejuízo e a que deve repará-lo. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que, apenas por ação, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, não se estendendo esse entendimento às pessoas jurídicas.
- (B) O incapaz, em qualquer hipótese, responderá pelos prejuízos que causar, pois a obrigação de indenizar recairá sobre o próprio patrimônio.
- (C) O caminhoneiro que, por imprudência no trânsito, colidir com um veículo, causando-lhe danos, não comete ato ilícito, mas sim infração penal de trânsito.
- (D) O direito de exigir reparação não deve passar da pessoa que sofreu o dano; por isso, não pode alcançar a herança, mas a obrigação de prestá-la pode ser transmitida com a herança.
- (E) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou que forem lançados em lugar indevido.

QUESTÃO 41 _____

A respeito da prestação de contas no âmbito dos convênios administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultativa a prestação de contas pelo conveniente dos recursos recebidos.
- (B) A omissão no dever de prestar contas não ensejará a vedação à celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.
- (C) A prestação de contas de convênios será restrita apenas às partes que os envolvem e não é aberta ao público, ou seja, é uma exceção ao princípio da publicidade.
- (D) Apresentada a prestação de contas, o concedente terá um prazo de 90 dias para apreciá-la.
- (E) O convênio administrativo possui as mesmas características inerentes ao contrato.

QUESTÃO 42 _____

Indicadores de desempenho são necessários na área da logística, a fim de realizar de forma eficiente o controle. Para mensurar o desempenho na atividade de processamento de pedido ao cliente, são utilizados os seguintes indicadores:

- (A) *order cycle time, on time in full, storage utilization.*
- (B) *warehousing cost rate for sales, order fill rate, inventory turnover.*
- (C) *on time delivery, inventory turnover, truck turnaround time.*
- (D) *perfect order measurement, on time in full, on time delivery.*
- (E) *stock outs, warehousing cost rate for sales, order cycle time.*

QUESTÃO 43 _____

O termo “gerenciamento da cadeia de suprimento” (*supply chain management*) surgiu no final de 1980 e entrou em uso generalizado nos anos de 1990. Antes desse período, as empresas usaram termos como “logística” e “gestão de operações”. Considerando essa informação e com relação à cadeia de suprimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Inclui somente os fornecedores de matérias e os fabricantes de bens acabados.
- (B) É a integração dos departamentos de uma empresa nas atividades de aquisição, distribuição, manutenção e gerenciamento de estoque de materiais.
- (C) É uma rede de empresas que oferece serviços e desempenha as funções de aquisição, transformação e distribuição para os clientes.
- (D) É um subconjunto da logística empresarial.
- (E) É a coordenação para controlar, gerenciar e aperfeiçoar o fluxo de materiais e de informação dos setores de produção, armazenagem, estoque e transporte de uma empresa.

QUESTÃO 44 _____

Determinada servidora da Coordenação de Contratos e Convênios do IPHAN deve seguir alguns instrumentos legais como base das respectivas atividades na coordenação, como a Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011. Acerca desse tema, entre os dispositivos legais quanto a convênios públicos, é correto afirmar que compete ao conveniente

- (A) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, após a execução deste convênio.
- (B) assegurar parcialmente a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e dos serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, das ações e das atividades, deixando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária a cargo do conveniente.
- (C) realizar, em controles e sistemas próprios, os atos e os procedimentos relativos à formalização, à execução, ao acompanhamento, à prestação de contas e às informações acerca da tomada de contas especial dos convênios, deixando a cargo do concedente o registro no Sistema de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse (SICONV).
- (D) instaurar processo administrativo punitivo, excetuando-se o processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou a malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou na gestão financeira do convênio, publicando o fato em imprensa oficial.
- (E) fornecer ao cidadão, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e a correção do processo.

QUESTÃO 45

A respeito dos dispositivos previstos na legislação vigente e nas jurisprudências firmadas acerca da limitação de empenho e movimentação financeira, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao final de um semestre, se verificado que a realização da receita poderá comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, o Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) As despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente devem ser objeto de limitação, excluídas aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- (C) No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo de 30 dias, o Poder Executivo é autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados será dada em montantes iguais aos das reduções efetivadas.
- (E) Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

QUESTÃO 46

O gestor logístico pode reduzir os custos totais na entrega de remessas a um cliente, ao substituir a operadora de transporte atual por outra que lhe ofereça fretes menores em troca de economia de escala. A redução desse custo mais do que compensa a elevação do custo de estoque que ocorrerá por parte do cliente ao aumentar o respectivo ciclo de estoque. Essa compensação de custo se refere a

- (A) *lead-time*.
- (B) *bullwhip effect*.
- (C) *trade-offs*.
- (D) *cycle time*.
- (E) *just-in-time*.

QUESTÃO 47

O Departamento de Planejamento e Administração (DPA) do IPHAN, ao elaborar a proposta orçamentária parcial da autarquia, deverá encaminhar, em formulário próprio, nas tabelas explicativas, informação a respeito de

- (A) receitas arrecadadas apenas no último exercício.
- (B) receita prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- (C) despesa empenhada no exercício em que se elabora a proposta.
- (D) especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações singulares.
- (E) auxílio para investimentos que devam ser incorporados ao patrimônio da autarquia.

QUESTÃO 48

A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento do IPHAN, ao apresentar a iniciativa “implantação de ações de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural” na proposta orçamentária a ser encaminhada ao Ministério da Cultura, estará complementando, com base nas diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 e nas orientações registradas no Manual Técnico de Orçamento 2014, um Programa

- (A) Finalístico.
- (B) de Gestão e Manutenção das Ações da Sociedade.
- (C) de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
- (D) Temático.
- (E) de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

QUESTÃO 49

A Superintendência do IPHAN no estado de Pernambuco realizou a obra de restauração do Forte Orange, em Recife, que é uma fortaleza de testemunhos tanto da ação portuguesa quanto da holandesa em Pernambuco colonial. Considerando hipoteticamente que a coordenação de contabilidade da autarquia deseja realizar o registro contábil da despesa referente à compra do material permanente utilizado nessa obra de restauração, é correto afirmar que, segundo o Grupo de Natureza de Despesa (GND), essa coordenação deverá identificar tal aquisição como

- (A) outras despesas correntes.
- (B) inversão financeira.
- (C) investimento.
- (D) amortização da dívida.
- (E) juros e encargos da dívida.

QUESTÃO 50

As atividades de produção, de logística e de *marketing* criam quatro utilidades que agregam valor ao produto para os consumidores por meio de varejo. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta os dois valores criados pela logística.

- (A) Conveniência e posse.
- (B) Forma e tempo.
- (C) Lugar e conveniência.
- (D) Tempo e lugar.
- (E) Posse e forma.

Área livre